



Brasília, 27 de março de 2020

A/C

Senador Davi Alcolumbre, presidente afastado do Senado Federal
Senador Antonio Anastasia, presidente em exercício do Senado Federal
Parlamentares do Senado Federal

REF: Solicitação de modificações ao texto do PL 9236/17 sobre Renda Básica Emergencial

Estimados e estimadas parlamentares,

A aprovação do PL 9236/2017 pela Câmara dos Deputados foi um importante passo no enfrentamento à crise gerada pelo coronavírus, e na garantia de condições de vida minimamente dignas às famílias mais pobres. Ao estabelecer um programa de Renda Básica Emergencial, o projeto oferece amparo urgente aos brasileiros mais vulneráveis e mais gravemente impactados pelos desdobramentos econômicos dessa crise.

Contudo, o texto ainda apresenta limitações muito significativas, e precisa receber ajustes para garantir que o apoio oferecido será adequado frente ao desafio que enfrentamos. A campanha [Renda Básica que Queremos](#), promovida por 157 organizações e movimentos da sociedade civil com o apoio de mais de 530 mil cidadãos, identificou quatro pontos onde mudanças são necessárias e de crucial importância.

Os ajustes solicitados são os seguintes:

1) Ampliação do prazo de duração para um período de 6 meses

Onde isso se encaixa no texto: Alteração do *caput* do Art. 2º, de modo a dizer “Art. 2º Durante o período de seis meses...”, sendo necessária também alteração no Art. 6º, de modo a dizer “Art. 6º Os períodos de que tratam os *caputs* dos arts. 2º, 3º, 4º e 5º poderão ser prorrogados...”

Justificativa: As projeções de inúmeros especialistas, e a experiência de países que começaram a lidar com os impactos do coronavírus antes do Brasil, mostram que os impactos da atual crise serão sentidos em todo o país por muito mais do que 3 meses. E, como ocorre em qualquer crise com essas proporções, os impactos sobre os mais pobres serão mais profundos e duradouros. Sendo assim, é necessário garantir apoio às famílias mais pobres do país por pelo menos 6 meses.



2) Garantia de que beneficiários receberão um número de parcelas equivalente ao número de meses de duração da política, mesmo se demorarem para ter acesso a cadastro

Onde isso se encaixa no texto: Inclusão de um parágrafo adicional ao Art. 2º, com a redação “O valor total dos benefícios percebidos por cada beneficiário será correspondente a direito pelo tempo total de vigência da política, não implicando em redução por atraso cadastral”

Justificativa: É muito provável que um número significativo de beneficiários não tenha acesso imediato à plataforma ou mecanismo de cadastro para recebimento dos recursos, demorando alguns dias ou semanas para conseguirem se cadastrar e receber a primeira parcela. Esses cidadãos não podem ser penalizados por isso. É preciso garantir que todos receberão um número de parcelas equivalente ao número de meses de duração da política. Portanto, é preciso prever a possibilidade de cidadãos seguirem recebendo recursos para além do prazo de vigência da lei (contanto que o cadastro ocorra dentro desse prazo de vigência), até completarem um número de parcelas equivalente ao número de meses de duração da política.

3) Inclusão de trabalhadores formais (mantendo para eles o critério de renda familiar total de até 3 salários mínimos ou renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo)

Onde isso se encaixa no texto: Supressão do inciso II do Art. 2º.

Justificativa: Um grande número de brasileiros que têm emprego formal, mas recebem baixos salários, já estão enfrentando sérias dificuldades para lidar com despesas familiares adicionais relacionadas à necessidade de adaptar suas vidas a uma nova rotina em função do coronavírus. Um exemplo é o de uma mãe de família uniparental que tenha dois filhos, e emprego formal como trabalhadora doméstica recebendo apenas um salário mínimo. Dado o impacto da crise em serviços básicos como educação, saúde e transporte, essa mãe precisa arcar com novas despesas para garantir cuidado adequado às crianças - contudo, ela não seria elegível a receber apoio na atual versão do texto. A alteração no texto proposta aqui beneficiaria diretamente 4,1 milhões de trabalhadores de baixa renda.

4) Remoção do critério eliminatório para cidadãos que, em 2018, tenham recebido rendimentos tributáveis acima de R\$28.559,70

Onde isso se encaixa no texto: Supressão do inciso V do Art. 2º.

Justificativa: As condições de emprego e renda de inúmeros brasileiros mudaram desde 2018, e certamente há brasileiros que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$28.559,70 naquele ano e hoje estão em situação de maior vulnerabilidade. É injustificável negar apoio a alguém precisa de ajuda hoje apenas pelo fato dessa pessoa ter tido melhores condições de vida no passado. Para além disso, o valor de R\$28.559,70 é arbitrário e igualmente injustificável.

Não há como enfatizar suficientemente a importância dos ajustes solicitados. Estamos falando das vidas de milhões de brasileiros que dependem disso para atravessar a crise



com a garantia de que haverá um prato de comida nas suas mesas, e condições mínimas para arcar com outras despesas essenciais relacionadas a saúde e higiene.

Estamos plenamente à disposição para conversar com todos os parlamentares a respeito do assunto. Nosso ponto de contato é Leandro Ferreira, Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, que pode ser contatado pelo telefone (11) 98470-9392 e pelo e-mail leandro@rendabasica.com.br.

Temos certeza de que vocês compreendem a importância das solicitações aqui apresentadas, e contamos com o seu apoio. A coalizão que se uniu em torno desta campanha seguirá mobilizada pela necessidade de engajar a sociedade civil para produzir movimentos de respostas às crises e ameaças às condições de vida da população. Uma vez aprovada a lei no Senado, contem conosco também para trabalhar pela sua sanção e execução.

Atenciosamente,

A Cidade Precisa de Você

A Rocinha Resiste

Abong - Associação Brasileira de ONGs

Ação Educativa

ACT Promoção da Saúde

AFIPEA - Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA

AfirmAção Rede de Cursinhos Populares

Agenda Pública

Articulação Brasileira de Francisco e Clara (ABEFC)

Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ArtJovem LGBT)

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara

ASSINEP Associação dos Servidores do INEP

Associação Brasileira de Imprensa - ABI

Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social - ABRAPPS

Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)

Associação da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo - APOGLBT-SP

Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas

Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Anepcp)

Atados

Atletas pelo Brasil

Banco Comunitário Nascente

Brasil 21

BrCidades

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa



Casa Chama
Casa de Umbanda da Terra e Vida Sagrada
Casa Fluminense
CEDAPS - Centro de Promoção da Saúde
CENPEC
Central de Movimentos Populares
Centro Comunitário pró construção e Desenvolvimento do Taquaril
Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)
Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA
Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
Cia Cultural Bola de Meia
Ciclocidade
Cidade Escola Aprendiz
Coalizão Negra por Direitos
Coletivo Amara
Coletivo Feminista Classista Maria vai com as Outras
CONAQ
Conectas Direitos Humanos
Conselho de Missão entre Povos Indígenas - COMIN
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
Conselho Nacional do Laicato do Brasil
Criola
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Delibera Brasil
Departamento Jurídico XI de Agosto
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Educafro
Entrenós
Escola Livre de Redução de Danos
Ewe Instituto
Fast Food da Política
FENATEMA
Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
Fórum da Cidadania de Santos
Fórum Ecumênico ACT Brasil
Frente Favela Brasil
Fundação Avina
Fundação Cidadania Inteligente
Fundação Luterana de Diaconia - FLD
Fundação Tide Setubal
Geledés
Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero
Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030
Habitat para a Humanidade Brasil



IDS Instituto Democracia e Sustentabilidade
ILÈ ÀSÉ AFULÉLÉ FÜ MI
INESC
Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas - INNPD
Instituto Alana
Instituto Alzirás
Instituto Arte no Dique
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
Instituto Candeeiro
Instituto Clima e Sociedade (iCS)
Instituto de Arquitetos do Brasil
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Baiano (IDSB)
Instituto Doar
Instituto EcoVida
Instituto Elos Brasil
Instituto Espaço Vida
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Instituto Kairós
Instituto Luiz Gama
Instituto Omolara Brasil
Instituto Plurais
Instituto Pólis
Instituto Procomum
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)
Instituto Terroá
Instituto Update
ITCP-USP
KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
LabHacker
Mapa Educação
Minha Jampa
MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MoCAN - Movimento Contra as Agressões à Natureza
Move Social
Movimentação Juventude Negra Política
Movimento Acredito
Movimento Atitude Sergipe (MOVA-SE)
Movimento Bancada Ativista
Movimento Boa Praça
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Movimento Nacional da População em Situação de Rua
Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)
Movimento TUDO para TODOS

RENDA BÁSICA QUE QUEREMOS!

Movimento Umbanda Rio
Movimento Urbano de Agroecologia - MUDA
Nação de Maracatu Porto Rico
NESOL-USP
Nossas
Núcleo Estadual de Mulheres Negras do ES
Observatório de Favelas
Observatório do Marajó
Observatório Feminista do Nordeste
Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil Henry Sobel
Ocupa Política
Odara Instituto da Mulher Negra
ONDJANGO Núcleo de Estudos Afrobrasileiros
Oxfam Brasil
Pacto - Organizações Regenerativas
Plataforma Dhesca Brasil
Política Viva
ponteAponte
Ponto de Cultura Espaço Balaio
Programa Cidades Sustentáveis
Projeto Saúde e Alegria
Rede Brasileira de Bancos Comunitários
Rede Brasileira de Renda Básica
Rede Conhecimento Social
Rede Ecumênica da Juventude
Rede Feminista de Juristas - DeFEMde
Rede Justiça Criminal
Rede Mães de Luta MG
Rede Nossa São Paulo
SASP - Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo
Sindicato dos Eletricistas de São Paulo
Studio de Dança Sérgio Nazza
Teatro Sergio Mamberti
Tenda de Umbanda Universalista Casa do Auxílio Fraternal
Terra de Direitos
TETO Brasil
Uneafro Brasil
Unegro
União dos Movimentos de Moradia
União Nacional de Trabalhadoras/es Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil - UNICAB
União Nacional dos Estudantes
URI - Iniciativa das Religiões Unidas
Visão Mundial
WWF Brasil